

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1610445 - RS (2016/0169597-8)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE : LIFE SERVICE SERVICOS EM AR CONDICIONADO E**  
**COMERCIALIZACAO DE PECAS LTDA - ME**  
**ADVOGADOS : CÍCERO HARTMANN E OUTRO(S) - RS025840**  
**GUSTAVO SCHELL NEUMANN - RS067058**  
**AGRAVADO : FABIO LUIZ DAL MORO MAITO**  
**ADVOGADOS : DECIO SCARAVAGLIONI - RS022910**  
**DAISSON SILVA PORTANOVA E OUTRO(S) -**  
**RS025037**  
**ISABEL CRISTINA TRAPP FERREIRA - RS022998**  
**ANDRIZE LEITE CALDEIRA - RS037695**  
**ANA FRANCISCA RODRIGUES - RS088971**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO CUMULADA COM DANOS MORAIS. JULGAMENTO "EXTRA PETITA". NÃO CARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Afastada a alegação de julgamento "extra petita", visto que o acórdão recorrido não violou os limites objetivos da demanda, tampouco concedeu providência jurisdicional diversa da exposta na petição de apelação.
2. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.
3. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).
4. O Tribunal de origem concluiu pela ocorrência de falha na prestação do serviço e caracterização dos danos morais. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.
5. Agravo interno a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira  
Relator

